

AVALIAÇÃO NA GRADUAÇÃO: ESTUDO DE CASO

Maria Elba Dantas de Moura Pereira * & João Crisóstomo de Morais **

RESUMO

Neste artigo, discute-se a avaliação dos docentes pelos discentes, ressaltando-se e interrelacionando-se três aspectos: a participação dos alunos em seu processo, a adoção de sua metodologia pelo projeto político pedagógico do curso e a sua utilização como instrumento para elevação da qualidade dos cursos de graduação.

Palavras-Chave: Avaliação, Ensino de graduação, Ensino de arquitetura e urbanismo.

ABSTRACT

This article discusses the evaluation of the University professors by the University students, remarking and interrelating the following issues: participation of the students within the procedures to analyse their course; articulation of those procedures with the Pedagogical Political Programme related with the course; and the considering of that evaluation as an improvement of the graduate course's quality.

Keywords: Avaliation, Graduate Teaching, Urbanism and Architecture Teaching.

INTRODUÇÃO

No Curso de Arquitetura e Urbanismo – CAU, da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, a avaliação de docentes pelos discentes vem sendo praticada desde os anos oitenta, ainda na primeira década do seu funcionamento.

No princípio, essa avaliação era realizada para que a coordenação do curso pudesse dispor de um instrumento que identificasse problemas no desempenho dos professores e ainda, simultaneamente, permitisse um diálogo mais consistente com o departamento, caso fosse necessário propor substituições de docentes, por ocasião da distribuição de disciplinas.

* Professora, Mestre. Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Paraíba, Cidade Universitária, João Pessoa, Paraíba. Fone (0XX) 83 216 2115; (0XX) 83 216 7279. E-mail: cpme@prg.ufpb.br

** Professor, Mestre. Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Paraíba, Cidade Universitária, João Pessoa, Paraíba. Fone (0XX) 83 216 2115. E-mail: da@ct.ufpb.br

Com o passar dos anos, essa avaliação passou a sofrer uma série de restrições por parte dos professores avaliados, especialmente a partir do momento em que se decidiu tornar público, de forma indiscriminada, no âmbito do Departamento de Arquitetura – DA e do Centro de Tecnologia – CT, os seus resultados.

Levadas ao extremo, essas restrições desgastaram e desvirtuaram os objetivos originais da avaliação, conduzindo-a ao centro das divergências ideológicas dos grupos que atuavam politicamente no DA, com repercussões extremamente negativas sobre todos os compartimentos do curso.

Apesar da polêmica, a coordenação do curso continuou a realizar avaliações periódicas. Porém, como forma de resguardá-las de um maior desgaste, os seus resultados passaram a ser enviados exclusivamente de forma individual e confidencial a cada um dos professores.

A partir de então e de modo progressivo, as avaliações foram se tornando instrumentos cada vez mais inócuos, que não geravam mudanças, não convidavam à reflexão nem se impunham como necessários. Ao fim, já não exerciam, sequer, influência na distribuição de disciplinas ou no remanejamento de professores.

À sombra de tais acontecimentos, a avaliação dos docentes pelos discentes passou a ser ignorada pelos avaliados e pelos avaliadores, pelo departamento e pela própria coordenação do curso que, por fim e durante os cinco últimos anos, deixou de realizá-la.

Uma radical mudança desse modo de ver os processos de avaliação só veio a se concretizar recentemente, estimulada pela ocorrência de dois eventos decisivos: a implantação do Projeto Político Pedagógico do Curso de Arquitetura e Urbanismo - PPPCAU, e a adoção do Sistema de Avaliação do Ensino Superior, do qual o “PROVÃO” e a Avaliação das Condições de Ensino são dois de seus instrumentos.

No PPPCAU, cuja estrutura prioriza mudanças curriculares, de atitudes e de metodologias de acompanhamento, as ações permanentes de avaliação são os instrumentos sugeridos para a viabilização de suas premissas.

No segundo evento, os processos de avaliação deixaram de ser uma opção metodológica e passaram a ter caráter obrigatório no âmbito dos cursos de graduação, na medida em que, ao realizá-los através do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas - INEP, o Ministério da Educação e do Desporto - MEC implantava nas Instituições de Ensino superior a cultura da Avaliação institucional.

Nesse contexto, e decorridos os dois primeiros períodos letivos de vigência do PPPCAU, a coordenação do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPB, em conjunto com a Comissão

de Acompanhamento da Implantação do PPCAU, retomou aqueles procedimentos, realizando a primeira avaliação do novo currículo e a dos docentes pelos discentes, o que foi levado a termo por ocasião da matrícula do período 2001.1

FUNDAMENTOS DA AVALIAÇÃO

O documento PPP/CAU (1999), no capítulo concernente às suas estratégias de operacionalização, salienta que “a implantação do Projeto Político Pedagógico do Curso de Arquitetura e Urbanismo, assim como ocorreu no período de sua própria construção, acontecerá na medida em que todos os envolvidos – alunos, professores, coordenação do curso, departamentos, direção do Centro e administração superior – assumam o compromisso, em diferentes graus de comprometimento, de concretizá-lo.”

O mesmo documento atribui aos alunos ações de participação efetiva em todas as etapas do processo de implantação, questionando, sugerindo e avaliando o cumprimento da estrutura curricular (...) e aponta para a necessidade de aluno e professor assumirem, novas posturas, onde o primeiro passa a ser sujeito do seu aprendizado e o segundo um mediador dessa aprendizagem.

Alves (2001) acolhe esse entendimento e leva-o às últimas conseqüências, ao afirmar que o currículo não é o professor, mas o aluno(...). Para esse autor, a educação, mais que um caminho é um percurso – e um percurso feito à medida de cada educando e, solidariamente, partilhado por todos.

Na sua percepção, o aluno é o verdadeiro sujeito do currículo – não um instrumento ou mero destinatário. Os professores não estão no centro da vida escolar, não são o sol do sistema curricular. Estão, relativamente aos educandos, em movimento de translação e circunvolução, procurando acompanhar, orientar e reforçar o percurso de aprendizagem e desenvolvimento pessoal e social de cada aluno.

Esse entendimento é amparado por Cunha (1993) para quem os estudantes podem ser os artífices dessa mudança, na medida em que comecem a experimentar um processo de ensinar e aprender que os torne sujeitos e que, portanto, traga satisfação. Para isso, é importante envolvê-los no processo de construção do novo, discutindo com eles, demolindo o pacto da mediocridade, tratando-os como parceiros da história.

De acordo com Abramowick (2001), a avaliação terá seu sentido mais autêntico e significativo se tiver articulação com o projeto político-pedagógico. É ele que dá significado ao trabalho docente e à relação professor-aluno.

Numa perspectiva mais ampla, e de acordo com Leite, Tutikian e Holtz (2000), a universidade é uma instituição que precisa repensar sua prática e reestudar constantemente seus princípios éticos e seus valores; deve ter a coragem de rediscutir a sua ação, rediscutir a sua missão e pensar efetivamente a melhor forma de cumprir essa missão.

Nesse sentido, também, a avaliação se apresenta como um instrumento de amplos recursos para a reflexão sobre essa práxis porquanto, ensejando o auto-conhecimento e a identificação dos pontos fortes e fracos, permite correções de rumos, favorecendo o processo de mudança e de adequação às novas realidades.

Ao lado dessas mudanças pedagógicas que perpassam o PPPCAU – e instigam a reflexão da comunidade acadêmica do curso acerca dos novos papéis e compromissos de cada um – colocam-se as determinações do Decreto 2026 de 10/10/96 e da Lei 9394 de 20/12/96 que definem a avaliação periódica como um dos mecanismos a serem adotados pelas universidades, para a obtenção de melhor qualidade dos cursos de graduação. Assim estabelecida, a avaliação nesse nível de ensino passa inevitável e preliminarmente pela auto-avaliação, em cujo âmbito insere-se, logicamente, a avaliação dos docentes pelos discentes.

Desta forma, e em consonância com todos esses pressupostos – que concebem o aluno como partícipe dos processos de avaliação e de construção de uma universidade mais democrática e de melhor competência, a comissão de implantação do PPPCAU priorizou a participação discente ao dar início à avaliação do curso.

METODOLOGIA

Construção do instrumento de avaliação

Utilizou-se como instrumento de avaliação dos docentes pelos discentes um questionário com questões fechadas e objetivas. O formato desse questionário resultou de uma atualização do modelo anteriormente adotado pelo curso, cuidando-se apenas da supressão de algumas questões, inclusão de outras e revisão geral da redação. Entretanto, foram mantidas as mesmas variáveis antes adotadas para a avaliação docente: atitudes e procedimentos, capacitação e didática e auto-avaliação da aprendizagem discente, as quais, para efeito de análise, foram relacionadas a blocos de indicadores.

O bloco de *atitudes e procedimentos* é constituído pelos seguintes indicadores: *empenho, assiduidade, pontualidade, atendimento ao aluno em sala de aula e atendimento ao aluno fora da sala de aula*. Os indicadores *apresentação do plano de curso, cumprimento do plano de curso, clareza na exposição dos conteúdos, conhecimento atualizado da matéria, domínio da matéria, nível de exigência, divulgação das formas de avaliação e divulgação das notas com regularidade*, constituem o bloco *capacitação e didática* e, finalmente, o bloco *auto-avaliação discente*, é constituído por um só indicador: *aproveitamento pessoal na disciplina*.

O maior número de indicadores no bloco *capacitação e didática* justifica-se pela importância que se deu ao processo ensino-aprendizagem no contexto da avaliação.

Dos 14 quesitos (*indicadores*) relacionados, aos onze primeiros o aluno deveria atribuir apenas um conceito: Bom, Regular ou Mau. Nestes, considerando-se uma escala de satisfação de 0 a 10, o conceito BOM expressa o intervalo de 7,0 a 10,0, o REGULAR de 5,0 a 6,9 e o conceito MAU o intervalo dos valores menores do que 5,0.

Às três questões restantes, o aluno deveria atribuir respostas positivas (SIM) – em caso de ocorrência do evento enfocado e negativas (NÃO), em caso contrário.

Aplicação do instrumento de avaliação

O período letivo escolhido para início do processo de avaliação foi o 2000.2 – segundo período da implantação do Projeto Político-Pedagógico. Dessa maneira, procurou-se evitar que o impacto decorrente de uma extensa e recente mudança curricular se refletisse sobre a avaliação a ser realizada, comprometendo os seus resultados.

A coordenação do Curso de Arquitetura e Urbanismo, responsável pela aplicação do questionário, decidiu que o momento ideal para fazê-lo seria por ocasião da matrícula do período letivo 2001.1.

As orientações necessárias ao preenchimento do questionário foram, então, passadas aos alunos simultaneamente àquelas específicas da matrícula, garantindo-se, assim, a efetiva participação do corpo discente no processo de avaliação. Cada aluno, de posse do questionário, deveria preenchê-lo relacionando as disciplinas cursadas com aprovação no período anterior e seus respectivos docentes, atribuindo-lhes os conceitos. Para a preservação

da identidade dos alunos avaliadores, recomendava-se expressamente que não assinassem o formulário

Encerrados esses procedimentos, de um total de 255 alunos matriculados no período letivo 00.2, 164 responderam o questionário, o que corresponde a 64,3% do universo pesquisado, constituindo-se, portanto, uma amostra significativa.

Processamento dos dados

Tendo em vista o grande número de formulários e o tipo do tratamento que se pretendia dar aos dados, optou-se pela utilização do programa “Excel”, da Microsoft, criando-se uma série de rotinas com finalidades específicas de aquisição, validação, tabulação e análise das informações coletadas.

A estratégia adotada pela programação foi a de referenciar todos os procedimentos a uma lista de professores do curso e a uma lista de disciplinas oferecidas no período de estudo, de modo que a partir destas fosse possível construir, rapidamente e sem necessidade de digitações posteriores, o quadro de distribuição de disciplinas por professor, cujas informações, em conjunto com as oriundas dos formulários, fossem utilizadas para a geração automática dos relatórios de desempenho individuais e globais.

Com essa estrutura, a alimentação dos dados é feita através de uma interface gráfica bastante simples, mostrada na Figura 1, oferecendo-se ao operador apenas a tarefa de assinalar as opções adequadas, dentre as que lhe são apresentadas.

The image shows a graphical user interface for data entry. At the top, it reads 'CENTRO DE TECNOLOGIA' and 'COORDENAÇÃO DO CURSO DE ARQUITETURA E URBANISMO'. Below this is a title bar: 'AVALIAÇÃO DOS PROFESSORES PELOS ALUNOS - PERÍODO 00.2'. On the left, there is a logo for 'CAU' and the text 'INSERIR DADOS'. Below the logo are two dropdown menus: 'PROFESSOR' and 'DISCIPLINA'. The main area is a grid of radio buttons for selecting performance levels (A, B, C) for various criteria. The criteria listed are: Empenho, Assiduidade, Pontualidade, Cumprimento do plano de curso, Clareza na exposição dos conceitos, Conhecimento aplicado na matéria, Domínio da matéria, Atendimento individual em sala de aula, Atendimento individual fora da sala de aula, Nível de exigências, Aproveitamento pessoal dos alunos, Apresentação do Plano de curso, Espaço das formas de aval. no início do curso. At the bottom right, there is a button labeled 'ACEITA' with a mouse cursor pointing to it.

Figura 1. Recepção de dados

Com isso, agiliza-se a execução do trabalho e evitam-se erros de digitação, avaliações incompletas e eventuais conflitos da informação relacionada professor / disciplina, em benefício da confiabilidade dos resultados.

Os relatórios produzidos, todos em valores percentuais e atualizados imediatamente após a inserção de cada um dos dados, são de três tipos: desempenho geral do professor, desempenho médio do professor e desempenho global dos professores do curso.

O relatório de *desempenho geral do professor*, mostrado na Figura 2, relaciona os conceitos recebidos pelo professor em cada uma das disciplinas por ele ministradas (uma, duas ou três) e os respectivos números de alunos que o avaliaram.

Nome do professor	DISCIPLINA 1					DISCIPLINA 2					DISCIPLINA 3				
	bom (%)	regul. (%)	núm. (%)	sim (%)	não (%)	bom (%)	regul. (%)	núm. (%)	sim (%)	não (%)	bom (%)	regul. (%)	núm. (%)	sim (%)	não (%)
Empenho	76,9	23,1				92,3	7,7				80,0	13,3	6,7		
Assiduidade	100,0					100,0					93,3	6,7			
Pontualidade	100,0					96,2	3,8				46,7	46,7	6,7		
Cumprimento do plano de curso	100,0					96,2	3,8				86,7	6,7	6,7		
Clareza na exposição dos conteúdos	76,9	23,1				88,5	11,5				53,3	40,0	6,7		
Conhecimento atualizado da matéria	84,6	15,4				100,0					80,0	13,3	6,7		
Domínio da matéria	69,2	30,8				100,0					73,3	26,7			
Atendimento individual em sala de aula	69,2	30,8				88,5	11,5				93,3		6,7		
Atendimento individual fora da sala de aula	61,5	30,8	7,7			61,5	30,8	7,7			80,0	6,7	13,3		
Nível de exigência	84,6	15,4				84,6	15,4				66,7	20,0	13,3		
Aprovação pessoal dos alunos	61,5	38,5				73,1	26,9				60,0	40,0			
Apresentação de plano no início do curso				92,3	7,7				84,6	15,4				93,3	6,7
Expos. das formas de aval. no início do curso									84,6	15,4				73,3	26,7
Distribuição das notas com regularidade				100,0					96,2	3,8				80,0	20,0
	Número de alunos					Número de alunos					Número de alunos				
	13					26					15				

Figura 2. Desempenho Geral do professor

O relatório de *desempenho médio do professor*, mostrado na Figura 3, relaciona as médias ponderadas dos conceitos por ele recebidos nas várias disciplinas, usando-se como fatores de ponderação os respectivos números de alunos avaliadores em cada uma delas.

NOME DO PROFESSOR	DESEMPENHO MÉDIO				
	bom (%)	regul. (%)	ruim (%)	sim (%)	não (%)
Empenho	85,2	12,9	1,9		
Assiduidade	98,1	1,9			
Pontualidade	83,3	14,8	1,9		
Cumprimento do plano de curso	94,4	3,7	1,9		
Clareza na exposição dos conteúdos	75,9	22,2	1,9		
Conhecimento atualizado da matéria	90,7	7,4	1,9		
Domínio da matéria	85,2	14,8			
Atendimento individual em sala de aula	85,1	13,0	1,9		
Atendimento individual fora da sala de aula	66,7	24,0	9,3		
Nível de exigência	79,6	16,7	3,7		
Aprovação pessoal dos alunos	66,7	33,3			
Apresentação de plano no início do curso				88,9	11,1
Expos. das formas de aval. no início do curso				85,2	14,8
Distribuição das notas com regularidade				92,6	7,4

Figura 3. Desempenho médio do professor

Finalmente, o relatório de *desempenho global dos professores do curso*, mostrado na Figura 4, relaciona as médias ponderadas dos conceitos recebidos pelos professores, em cada um dos indicadores, usando-se como fatores de ponderação os respectivos totais de alunos que os avaliaram.

Com a adoção da média ponderada, permitiu-se sintetizar o conjunto de informações, preservando-se a predominância das opiniões da maioria.

DESEMPENHO GLOBAL DOS PROFESSORES					
Indicadores	bom (%)	regul. (%)	ruim (%)	sim (%)	não (%)
Empenho	64,8	26,9	8,3		
Assiduidade	68,8	23,1	8,0		
Pontualidade	64,7	24,6	7,9		
Cumprimento do plano de curso	63,2	29,8	9,7		
Clareza na exposição dos conteúdos	48,3	33,5	17,1		
Conhecimento atualizado da matéria	78,8	18,0	5,1		
Domínio da matéria	76,6	19,0	4,3		
Atendimento individual em sala de aula	61,5	28,3	9,7		
Atendimento individual fora da sala de aula	47,0	32,8	19,1		
Nível de exigência	64,0	28,7	7,1		
Aproveitamento pessoal dos alunos	50,5	35,3	13,9		
Apresentação de plano no início do curso				80,4	19,6
Exposição das formas de aval no início do curso				81,1	18,9
Distribuição das notas com regularidade				65,5	34,5

Figura 4. Desempenho global dos professores

INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Considerando que a avaliação dos docentes do CAU aconteceu em um contexto, como já referido, em que a preocupação com a qualidade dos cursos transcende aos órgãos governamentais e passa a ser exigida pela sociedade em geral, cumpre referir-se aos princípios orientadores da avaliação, nesse nível de ensino, definidos pela Pró-Reitoria de Graduação - PRG no documento “A avaliação da graduação na UFPB”:

- 1 – A avaliação da graduação deve ser entendida como uma tarefa institucional, de caráter permanente e global, não punitiva nem premiativa, mas constituir-se em uma importante ação para o planejamento da gestão universitária;
- 2 – A avaliação da graduação deve ter como meta elevar a qualidade desse nível de ensino, operando com indicadores quantitativos e qualitativos que compreendem ações de auto-avaliação e de avaliação externa;
- 3 – A avaliação deve ter legitimidade, adesão voluntária, participação de todos os agentes da vida universitária e acontecer de forma descentralizada, contribuindo para a formação de uma cultura de avaliação;

4 – Os Projetos Pedagógicos dos Cursos constituir-se-ão referência básica e permanente do processo de avaliação institucional, no âmbito da graduação.

Nessa perspectiva, pretende-se que a análise dos dados, que se faz a seguir, sirva à reflexão pessoal dos docentes do curso e, simultaneamente, como instrumento de planejamento para o CAU e para o DA.

Para efeitos práticos desse entendimento, foram entregues a cada docente avaliado, de forma individualizada e reservada, os resultados de sua avaliação. Para os gestores das instâncias acadêmicas envolvidas (coordenação do curso e departamentos), foram encaminhados todos os relatórios gerados, ressaltando-se-lhes o caráter de valioso instrumento de apoio à implementação de ações voltadas para a elevação da qualidade do curso.

É importante observar que, embora a maioria dos professores avaliados sejam lotados no Departamento de Arquitetura, também foram avaliados professores de outros departamentos que oferecem disciplinas ao CAU: Engenharia de Produção, Tecnologia da Construção Civil, Artes e Ciências Sociais.

Estabelecidos esses balizamentos, a análise dos dados tabulados foi desenvolvida centrando-se o interesse no quadro de desempenho global do curso, mostrado na Figura 4. Para isso, adotou-se uma escala de satisfação percentual, com intervalos de conceito semelhante à utilizada nos questionários. Ou seja, considerou-se “BOM” os resultados de 70,0% a 100,0%, “REGULAR” os resultados de 50,0% a 69,9% e “RUIM” os resultados de 0,0% a 49,9%.

Atitudes e Procedimentos

Observando-se isoladamente cada um dos indicadores desse bloco de variáveis, percebe-se que, à exceção do indicador *atendimento individual fora da sala de aula* – que obteve o percentual mais baixo de toda a avaliação (47,0%) – todos os demais, embora alcançando valores acima de 60,0%, não atingem a faixa de valores “BOM”.

Considerando-se que os indicadores desse grupo ajudam a definir o perfil do docente do curso relativamente ao seu comportamento pedagógico e ao seu compromisso com o ensino e com a própria instituição, o baixo percentual com que se expressa o indicador *atendimento individual fora da sala de aula*, destaca-se negativamente dos demais, particularmente quando se observa que os professores avaliados, em sua maioria, são contratados em regime de dedicação exclusiva.

Esse resultado, indicando enfaticamente que o *atendimento aos alunos fora da sala de aula* deixa a desejar, pode suscitar as mais variadas hipóteses, acrescentadas à real e reconhecida deficiência de ambientes adequados à realização dessa atividade. Todavia, não se pode esquecer que todos os docentes, por ocasião de seus planejamentos didáticos, atribuem-se carga horária específica para essa atividade.

Com relação aos indicadores *empenho, assiduidade, pontualidade e atendimento individual em sala de aula*, é razoável supor, numa primeira aproximação, que o desempenho apenas “regular” dos docentes está sendo provocado por uma possível falta de motivação. Porém, há que se averiguar posteriormente uma outra hipótese, igualmente plausível, de que, em conjunto com a falta de estímulo pessoal, pode estar ocorrendo a ausência de efetivo acompanhamento da atividade docente, em sala de aula, por parte dos dirigentes.

Capacitação e didática

Neste bloco ocorreram as melhores avaliações, alcançando o intervalo BOM os indicadores *domínio da matéria e conhecimento atualizado*.

Explica-se essa ocorrência pelo esforço de qualificação do corpo docente que vem sendo realizado no DA e, de resto, em todos os departamentos da UFPB.

Entretanto, esses bons resultados ficam comprometidos pelo segundo pior desempenho dos docentes – apenas 48,3% – no indicador *clareza na exposição dos conteúdos*.

Confrontando-se o resultado deste indicador com os obtidos pelos anteriores, cabe a suposição de que essa deficiência de comunicação identificada pela maioria dos alunos pode se dever a fatores de ordem pessoal tais como falta de empatia ou de sintonia de interesses.

Entretanto, o que se supõe como de maior influência na baixa pontuação desse indicador é a falta de formação específica para o exercício da docência. Como é de conhecimento geral, o corpo de professores do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFPB, como aliás se verifica largamente em outros cursos superiores assemelhados, é constituído, em sua grande maioria, de bacharéis e não de pedagogos ou licenciados. Esse mal resultado, portanto, antes de ser encarado com alarme ou pessimismo, deve ser tomado como a reafirmação de que investir na qualificação didática dos professores é um dos grandes desafios lançados ao corpo docente pela nova ordem pedagógica.

Auto-avaliação

A análise desta variável não pode ser feita independentemente das realizadas nas outras duas, na medida em que todos os indicadores nela relacionados, em seus amplos aspectos, convergem para esta.

Assim, ao verificar-se que apenas metade dos alunos (50,5%) considera que apreendeu os conteúdos ensinados nas disciplinas, infere-se como causas possíveis que os professores não estavam empenhados em ensinar, e/ou tinham dificuldades de expressão, e/ou chegavam atrasados às aulas e/ou faltavam muito. É legítimo também supor que os alunos, de forma geral, não se auto-avaliam positivamente, ou porque estudam pouco ou porque faltam freqüentemente às aulas. Talvez seja mais sensato, porém, supor que as duas hipóteses estejam acontecendo.

Todavia, uma vez que a maioria desses alunos são aprovados por média – o que lhes confere uma média final de, no mínimo, sete, vale ainda questionar se os professores estão sendo muito benevolentes em suas avaliações ou se os alunos estão sendo muito rigorosos consigo mesmos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os destaques principais a serem feitos nesta primeira avaliação, pós PPP, dos docentes pelos discentes do CAU são o seu pioneirismo, a abordagem metodológica e a facilidade de aquisição e tratamento dos dados proporcionados por um programa desenvolvido especialmente para esse fim.

Há que se registrar, também, a notável disposição da coordenação do curso e da comissão de implantação e acompanhamento do PPP/CAU em materializar as ações preconizadas nesse projeto, antecipando-se, inclusive, às avaliações externas realizadas pelo MEC.

Contudo, deve-se atentar para a necessidade da continuidade e do aperfeiçoamento desse processo avaliativo, para que se possa, na superação das deficiências detectadas, consolidá-lo como um instrumento de permanente elevação da qualidade do CAU.

É de extrema importância, portanto, que essa avaliação seja sistematicamente assumida pela coordenação do curso, com a parceria dos departamentos e “como uma tarefa

institucional, de caráter permanente e global, não punitiva nem premiativa, devendo, ainda, constituir-se em uma importante ação para o planejamento da gestão universitária”.

Recomenda-se, por fim, que a coordenação do CAU implemente ações que visem a disseminação de uma cultura de avaliação, de modo que alunos e professores assumam essa prática como um instrumento de apoio indispensável à tarefa de construir um curso com a boa qualidade que todos desejam.

REFERÊNCIAS

ABRAMOWICK, Mere. *Avaliando a avaliação da aprendizagem – um novo olhar*. São Paulo: Lúmen. 1995. 198p.

_____. Um reflexo fiel da escola. *Nova escola*, São Paulo: n.147, p.23-35. nov.2001.

ALVES, Rubem. *A escola com que sempre sonhei sem imaginar que pudesse existir*. Campinas: Papirus, 2001.120p.

CUNHA, Maria Isabel. Formatos avaliativos e a construção da docência: implicações políticas e pedagógicas. *Avaliação: Revista da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior*, Campinas: v.6, n.2, p.07-15. jun.2001.

HOLTZ, Norberto, TUTIKIAN, Jane, LEITE, Denise. *Avaliação e compromisso*. Construção e prática da avaliação institucional em uma universidade pública. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRG. 2000.225p.